

Tabela 15 - Legislações dos municípios da região Centro-Sul do litoral de Santa Catarina com reflexo na atividade aquícola. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, classificadas em categorias e com descrição do respectivo assunto normatizado.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Garopaba	Política	Lei nº 1.399, de 26 de abril de 2010.	Institui o Programa Municipal de Apoio a Agricultura Familiar, Pesca Artesanal e Aquicultura.	Promove o desenvolvimento econômico da agricultura familiar, pesca artesanal e da aquicultura, regulamentando e implementando ações de prestação de serviços de máquinas e incentivos à produção, sem ônus para os beneficiários. A Prefeitura Municipal de Garopaba poderá executar em favor de terceiros a título de incentivo aos setores produtivos, de pesquisa e difusão de tecnologia, os serviços de: transporte de barcos e redes da pesca artesanal, assim como o auxílio na manutenção das embarcações; promoção da profissionalização dos agricultores através de cursos de capacitação; outros serviços exclusivos a manutenção da agricultura familiar, incluindo-se pecuária, pesca artesanal e aquicultura.
Jaguaruna	Política	Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Jaguaruna.	O planejamento do Município de Jaguaruna deverá levar em consideração a importância e as especificidades das atividades pesqueiras e aquícolas como geradoras de renda e desenvolvimento socioeconômico. O ordenamento territorial das atividades, deve visar à minimização dos conflitos com as demais atividades urbanas ou rurais, com a paisagem urbana e/ou rural, com a circulação urbana e/ou rural e do Patrimônio Natural e Cultural, por meio de uma política municipal que vise: incentivar a atividade pesqueira e aquícola, assegurando a atividade pesqueira tradicional; elaborar o plano municipal de gerenciamento costeiro, no prazo máximo de 2 anos; estimular a profissionalização e capacitação dos trabalhadores das atividades pesqueiras e aquícolas.
	Política	Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	Incumbe ao Poder Público Municipal incentivar a piscicultura.

(continua)

Tabela 15 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Carcinicultura	Lei nº 956, de 14 de julho de 2003.	Dispõe sobre o zoneamento e licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira no município de Laguna.	<p>É vedada a atividade de carcinicultura nas áreas: de manguezais que formam o estuário das espécies nativas da região; consideradas por lei como preservação permanente e não edificantes; que prejudique o valor paisagístico e cultural do Município; que a agridam e ponham em risco a proteção vegetal e o lençol freático utilizado pela população ribeirinha das localidades instaladas no Município.</p> <p>Os projetos de carcinicultura, a critério do Município, deverão observar, dentre outras medidas de tratamento e controle dos efluentes, a utilização das bacias de sedimentação como etapas intermediárias entre a circulação ou o deságue das águas servidas ou, quando necessário, a utilização da água em regime de recirculação. A água utilizada pelos empreendimentos da carcinicultura deverá retornar ao corpo d'água de qualquer classe atendendo as condições definidas pela Resolução do CONAMA nº 20, de 18 de junho de 1986.</p>
	Gerenciamento Costeiro			<p>O zoneamento ambiental para a atividade de carcinicultura, ficam assim definidos nas seguintes áreas: ÁREA 1 - Roça Grande; Itapirubá; Nova Fazenda; Estreito; Perrichil; Caputera; Bentos e Barranceira.</p> <p>ÁREA 2- Pontinha da Laranjeira; Ponta da Laranjeira; Laranjeiras; KM-37; Santiago; Barreiros; Pescaria Brava; Varginha e Siqueiro. ÁREA 3- Bananal; Morro Grande; Figueira; Parobé; Ribeirão Pequeno; Ribeirão Grande e Madre (de baixo). ÁREA 4- Passagem da Barra; Campos Verdes; Canto da Lagoa; Santa Marta Pequena; Santa Marta e Madre (de cima). ÁREA 5- Considerada aquela cuja atividade de carcinicultura já foi implantada e não localizada nas áreas anteriores, vedada a sua ampliação, responsabilizando-se por termo de Ajustamento de Conduta, se for o caso.</p> <p>O zoneamento municipal estabelecido nesta lei especialmente neste artigo 2º permite ao órgão licenciador competente a usar de forma subsidiária o que se aproveitar do projeto de zoneamento elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina, e do elaborado pelo Município.</p>

(continua)

Tabela 15 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Gestão	Lei nº 1.619 de 13 de setembro de 2013.	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Pesqueiro e Ambiental (COMDEPA) do Município de Laguna.	O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Pesqueiro e Ambiental criado pela Lei 208, de 25 de novembro de 1991, passam a denominar-se Conselho Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, identificado pela sigla "COMDEPA" e, regulado pela presente Lei. Compete ao COMDEPA, elaborar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, inclusive no tocante à avaliação anual do desempenho de pessoal engajado no plano, integrando o micro planejamento (municipal) com o macroplanejamento (estadual).
	Gestão	Lei nº 956, de 14 de julho de 2003.	Dispõe sobre o zoneamento e licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira no município de Laguna.	A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos de carcinicultura na zona costeira, definida pela nº Lei 7.661, de 1988, pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, nos termos desta Lei dependem de certificação municipal na forma do artigo 7º desta lei municipal e licenciamento ambiental na forma do artigo 8º desta lei, expedido pelo órgão ambiental estadual, observando-se o que consta da Resolução nº 312/2002 do CONAMA. A instalação e operação de empreendimentos de carcinicultura não prejudicarão as atividades tradicionais de sobrevivência nas comunidades locais.
	Licenciamento	Decreto nº 1.896, de 03 de janeiro de 2007.	Define as atividades que dependem de licenciamento ambiental Municipal em Laguna.	Os serviços que dependem de licenciamento ambiental por parte da Administração Pública Municipal, são aqueles constantes da lista do anexo único deste Decreto. ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL COM IMPACTO LOCAL E RESPECTIVOS ESTUDOS AMBIENTAIS - AQUICULTURA. Unid. Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes. Unid. Prod. de Peixes em Sistema de Policultivo em viveiros. Unid. Prod. de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Mornas. Unid. Prod. de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Frias - MALACOCULTURA - Unidade de Produção de Moluscos. Laboratório de produção de pós-larva. Laboratório de produção de alevinos. Laboratório de produção de sementes. Unidades de beneficiamento de produtos aquícolas, exceto pescados.

(continua)

Tabela 15 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Licenciamento	Lei nº 956, de 14 de julho de 2003.	Dispõe sobre o zoneamento e licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira no município de Laguna.	<p>A aprovação e o respectivo licenciamento para implantação da atividade de carcinicultura no Município ficam condicionados a aprovação e apresentação de licença ambiental expedida pela Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente - FATMA. O Município deverá comunicar ao respectivo Conselho Municipal Ambiental, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, as licenças expedidas para instalação de empreendimentos de carcinicultura.</p> <p>O Município deverá exigir obrigatoriamente no licenciamento ou regularização de empreendimentos de carcinicultura as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos.</p> <p>Para efeito desta Lei, os empreendimentos individuais de carcinicultura em áreas costeiras serão classificados em categorias, de acordo com a dimensão efetiva de área inundada, conforme tabela a seguir: PORTE - ÁREA EFETIVAMENTE INUNDADA (ha): Pequeno, Médio, Grande. No processo de licenciamento será considerado o potencial de produção ecologicamente sustentável do estuário ou da bacia hidrográfica. Na ampliação dos projetos de carcinicultura os estudos ambientais solicitados serão referentes ao novo porte em que será classificado o empreendimento.</p>
	Política			<p>O zoneamento ambiental como instrumento de política nacional do meio ambiente visa assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade de carcinicultura na zona costeira, obedecendo aos princípios da função sócio ambiental da propriedade, da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do usuário-pagador, do acesso equitativo e da integração de acordo com os critérios necessários estabelecidos no Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, ZEE, Plano de Gerenciamento Costeiro, Resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais pertinentes à espécie.</p>

(continua)

Tabela 15 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Qualificação	Lei nº 913, de 22 de janeiro de 2003.	Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel do patrimônio Municipal para implantação de um centro de educação.	Autorizado a conceder o direito real de uso, parte de uma área de terra do patrimônio Municipal, localizada no Bairro Magalhães. A área descrita no artigo anterior destinar-se-á à implantação do projeto de construção de Centro de Educação Profissional, com atividades de formação de mão de obra técnica, para as áreas de Carpintaria Naval, Pesca e Agricultura, Hotelaria e Turismo, Oceanografia e Carcinicultura, todas de encontro às vocações naturais do Município. A concessionária deverá num prazo máximo de 03 (três) anos contados da data de assinatura do Contrato de Concessão de Direito de uso, iniciar suas atividades, findo o qual o termo concedido reverterá automaticamente ao Município.
	Sanidade	Decreto nº 1.954, de 04 de abril de 2007.	Altera o artigo 1º do Decreto nº 1598/2005 que proíbe o comércio de camarões resfriados ou congelados, procedentes dos Estados componentes das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País.	Fica proibido no Município de Laguna, o ingresso e o comércio de todas as espécies de camarões, em qualquer etapa de seu ciclo biológico e camarões resfriados ou congelados, quando com suas carapaças ou partes delas, tiveram procedência dos estados componentes das regiões norte, nordeste e sudeste do País.

(continua)

Tabela 15 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Sanidade	Decreto nº 2.215, de 19 de novembro de 2007.	Estabelece normas para instalação e funcionamento de estabelecimentos destinados ao processamento de pescados.	Para fins da aplicação do presente Decreto, entende-se: por pescado: os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos de água doce ou salgada usados na alimentação humana, sendo extensivas as algas marinhas e outras plantas e animais aquáticos; por "fresco" o pescado dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo; por "resfriado" o pescado devidamente acondicionado em gelo e conservado em temperatura entre - 0.5º a - 2º C; por "congelado" o pescado tratado por processos adequados de congelamento, em temperatura não superior a - 25ºC; por "pescado em conserva" o produto elaborado com pescado íntegro, envasado em recipientes herméticos e esterilizados; por "pasta de pescado" o produto elaborado com pescado íntegro que depois de cozido, sem ossos e espinhas, é reduzido a massa, condimentado e adicionado ou não de farináceos; por "pescado salgado" o produto obtido pelo tratamento de pescado íntegro, pela salga a seco ou por salmoura; entende-se por "pescado prensado" o produto obtido pelo prensagem do produto íntegro, convenientemente curado pelo sal (NaCl), que não contenha mais de 45% de umidade e 8% de gordura; entende-se por "pescado defumado" o produto obtido pela defumação do pescado íntegro, submetido previamente a cura pelo sal (NaCl), permitindo-se a defumação a quente ou a frio; por "pescado dessecado" o produto obtido pela dessecação natural ou artificial do pescado íntegro; por "embutido de pescado" todo produto elaborado com pescado íntegro, curado ou não, cozido ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou envoltório artificial aprovado pela inspeção.

(continua)

Tabela 15 (conclusão)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Sanidade			Todo estabelecimento destinado ao processamento de pescados, será registrado perante a Secretaria Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a quem compete, por meio do Serviço de Inspeção Municipal, exercer as ações pertinentes ao cumprimento das normas de instalação, registro, funcionamento, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos destinados ao processamento de pescado.
		Decreto nº 2.216 de 19 de novembro de 2007.	Estabelece normas para instalação e funcionamento de abatedouros de animais.	Todo estabelecimento destinado ao abatedouro de animais, será registrado perante a Secretaria Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a quem compete, por meio do Serviço de Inspeção Municipal, exercer as ações pertinentes ao cumprimento das normas de instalação, registro, funcionamento, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos destinados ao abate de animal.
		Decreto nº 2.305, de 11 de fevereiro de 2008.	Estabelece normas para instalação e funcionamento de estabelecimentos destinados ao processamento de produtos de origem animal.	Compete ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, da Secretaria da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, exercer as ações pertinentes ao cumprimento das normas de instalação, registro, funcionamento, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos destinados ao processamento de produtos de origem animal. Nenhum estabelecimento destinado ao processamento de produtos de origem animal, poderá se instalar e funcionar, sem o registro junto à Secretariada Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura.
Pescaria Brava	Política	Lei Orgânica do Município de Pescaria Brava.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Pescaria Brava.	Cabe ao Município incentivar a piscicultura.